

Resumo das atividades parlamentares em 2005



Senador Tasso Jereissati



ÍNDICE

Em defesa do desenvolvimento nacional	5
Projetos de lei, emendas e medidas provisórias	6
Discursos e pronunciamentos	18
Atuação em comissões	25
Agenda	29

O ano de 2005 foi em grande parte dominado pelo escândalo do “Mensalão”, trazendo à luz um enorme esquema de corrupção e desvios de recursos públicos para financiar a base parlamentar do Governo Lula. Atrelado a este esquema, as CPI’s revelaram uma infinidade de outras irregularidades, envolvendo o alto escalão do Governo e do PT, provocando a demissão de Ministros, a renúncia e cassação de parlamentares, mergulhando o país numa crise política com conseqüências ainda imprevisíveis.

Tivemos de nos dedicar com afinco ao nosso dever de participar nas investigações e de denunciar a corrupção implantada no seio do Governo e no Partido dos Trabalhadores. Já em 20 de agosto de 2004 fomos processados pelo PT e por Delúbio Soares – que depois se revelaria um dos principais artífices do Mensalão – por opiniões que manifestamos na nossa legítima atuação parlamentar, apontando falhas no Projeto enviado pelo Governo para as parcerias público-privadas, que ensejavam desvios e benefícios aos parceiros privados, em detrimento

do erário. Era uma boa idéia maculada por más intenções, que posteriormente se tornaram claras para todo mundo. Da mesma forma, em debate sobre o Micro-Crédito levado a efeito pelo Banco Popular do Brasil, subsidiária do Banco do Brasil, coube a nós a iniciativa de denunciar a exorbitância dos gastos em publicidade daquela entidade, que indicava grave irregularidade. Com o correr dos acontecimentos e investigações, veio a descoberta de que aqueles recursos eram destinados exatamente para a agência SMP&B, do, até então desconhecido da grande maioria da população brasileira, Sr. Marcos Valério.

Esta página vergonhosa da política brasileira, protagonizada pelo Governo do Partido dos Trabalhadores, acabou por contaminar todo o clima no Congresso Nacional, impossibilitando que o Legislativo pudesse exercer suas funções normais. Por maior que tenha sido nosso esforço para manter a rotina do Senado e de suas comissões, além dos problemas das CPIs, uma enxurrada de Medidas Provisórias, muitas

das quais totalmente desnecessárias, segundo os critérios de urgência e relevância, trancaram sistematicamente as pautas do Congresso Nacional, prejudicando em muito a ação legislativa. Em resumo, assistimos em 2005 a um verdadeiro espetáculo de corrupção e desrespeito ao Congresso Nacional, ou seja, às próprias instituições democráticas, protagonizado pelo Governo do PT.

Apesar de tudo isto, é necessário destacar que em 2005, seja como relator de matérias em diferentes Comissões do Senado, seja como Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, tivemos a oportunidade de colaborar decisivamente nas discussões e encaminhamento de importantes temas, como a recriação da Sudene e da Sudam e a implantação do Fundeb, todos projetos que tocam em questões fundamentais para o desenvolvimento nacional. O presente relatório conta um pouco do que foi a história desse ano.

Senador *Tasso Jereissati*

2 | PROJETOS DE LEI, EMENDAS E MEDIDAS PROVISÓRIAS



Walter Maierovitch, e os Senadores Edison Lobão (PFL-MA), Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Demóstenes Torres (PFL-GO) participam de debate sobre segurança pública.

SEGURANÇA PÚBLICA

Uma das maiores preocupações do brasileiro hoje em dia é a segurança pública. A crescente onda de violência em todos os estados, no campo ou nas cidades impõe a urgente combinação de esforços de todas as instâncias de poder, Estado (Legislativo, Executivo e Judiciário), assim como um esforço da sociedade civil, no campo acadêmico, das organizações comunitárias e de classe, da imprensa, enfim uma comunhão de esforços para que se encontrem conjuntamente, caminhos e propostas para a solução de tão grave problema.

Neste sentido, o Senador Tasso Jereissati apresentou três projetos de extrema importância, lastreado na experiência que teve como governador do Ceará e das questões levantadas pela Subcomissão de Segurança Pública, por ele proposta e presidida durante 2003 e 2004. Além da iniciativa do Estatuto do Desarmamento, iniciada a partir dos estudos promovidos pela subcomissão, Tasso propôs a reestruturação dos órgãos de segurança pública (PEC nº 21, de 2005), a regulação das empresas de segurança privada (PLS nº 168, de 2005) e ainda a criação da Guarda Nacional (PEC nº 22, de 2005).

■ **A Proposta de Emenda Constitucional nº 21, de 2005**, prevê uma profunda reestruturação dos órgãos de segurança pública, balizada pelos princípios da racionalização e o da integração. Assim, inicialmente, a polícia federal passa a ser única, dada a flagrante desnecessidade de manter três corporações – a polícia federal propriamente dita, a polícia federal rodoviária e a polícia federal ferroviária –, com comandos distintos e separados, uma vez que o combate ao crime se dá com planejamento estratégico, evitando-se ao máximo a pulverização de comandos e de estruturas.

A polícia dos Estados passa a ser matéria desconstitucionalizada. Cada Estado terá competência para organizar livremente a sua polícia, podendo optar pela unificação ou por manter a estrutura atual de duas polícias (civil e militar), ou mesmo, se assim achar mais conveniente, criar mais estruturas policiais. Essa alteração é fundamental, dadas a extensão continental do território do País e as múltiplas diferenças e realidades regionais.

Dentro do Brasil existem entre as regiões e mesmo entre os Estados grandes diferenças

socioeconômicas e culturais, e a segurança pública, o setor de tutela estatal mais requisitado pela população nos últimos anos, deve organizar-se e funcionar com base nessa realidade. Hoje, o que se vê é a União impondo normas e condições aos Estados, como contrapartida ao recebimento de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, que muitas vezes tornam o combate ao crime nessas realidades regionalizadas amplamente contraproducente e ineficaz. Desperdiça-se dinheiro público e perde-se em otimização da prevenção e da repressão à criminalidade.

Apesar de se atribuir aos Estados autonomia para organizar sua polícia, de acordo com a realidade estadual, terão eles de observar, todavia, algumas condições: o ciclo completo da atividade policial (funções judiciária-investigativa e ostensiva-preventiva) e a formação única dos policiais. Com relação a esta última, o contato com universidades e centros de pesquisa mostra-se inadiável, pois traz o policial para mais perto do humanismo acadêmico, das teses em discussão em universidades estrangeiras e do estudo de assuntos relevantes na área de segu-

rança pública, o que contribui para tornar ainda mais qualificada a prestação de seu serviço à sua comunidade.

A prerrogativa e as vedações previstas são imprescindíveis para a despolitização da atividade policial e para reduzir ao máximo o risco de comprometimento do agente. A preservação da ordem pública e a proteção ao patrimônio e às pessoas são atividades tão fundamentais para o Estado quanto a magistratura e a promotoria, devendo, assim, gozar de garantias e vedações equivalentes.

A autonomia dos órgãos de criminalística e de medicina legal vem apenas reforçar as garantias da ampla defesa, do devido processo legal e da presunção da inocência, previstas constitucionalmente, impedindo a interferência da autoridade policial na análise técnica das provas.

A proposta também adota providências que reforçam as que vêm sendo hoje concretizadas com o Sistema Único de Segurança Pública, particularmente o banco de dados único, medida de inegável valor tático e estratégico que merece ser resguardada como política de Estado, e não apenas de governo.

A emenda prevê também a possibilidade de os Estados e o Distrito Federal, mediante con-

vênio, formarem conselhos regionais para definir formas de integração entre as polícias estaduais. Tal medida otimiza o combate ao crime, principalmente em Estados que apresentam características de contigüidade criminosa, como relação atacado-varejo de comercialização clandestina de drogas e armas etc.

As atividades inerentes ao combate aos incêndios e à defesa civil não pressupõem, para a sua melhor execução, uma organização policial, seja militar, seja civil. Em muitos municípios brasileiros, são exercidas por cidadão voluntário sem nenhum treinamento policial ou militar. Assim, os Estados organizarão livremente seu corpo de bombeiros, que deverá ficar vinculado à defesa civil.

Abre-se ainda a possibilidade de as guardas municipais tornarem-se gestores da segurança pública em nível municipal, o que dependerá da política estadual. Assim, mediante lei estadual, as guardas municipais poderão, em convênio com a polícia estadual, realizar, complementarmente, ações de polícia ostensiva e preventiva da ordem pública, assim como de defesa civil.

Cumpra observar que a Proposta de Emenda Constitucional, em seus arts. 3º a 7º, preserva os direitos de todos os servidores poli-

ciais envolvidos no processo de reestruturação que apresenta. Outrossim, abre espaço para que os entes federados estabeleçam as normas de aposentadoria e pensões de seus policiais, com o fim de absorver os anseios de cada categoria e evitar injustiças, e, se for esta a opção adotada, garantir um processo mais eficiente de unificação.

Por fim, não obstante a crise da segurança pública no Brasil, esta é uma das áreas da atuação estatal que, paradoxalmente, pode sofrer contingenciamentos orçamentários. A Constituição Federal não lhe prevê, como faz para a educação e para a saúde, a alocação de recursos mínimos em âmbito federal, estadual e municipal. Com a criação de um fundo de segurança pública, com percentagens estipuladas constitucionalmente, preenche-se essa lacuna e garante-se o investimento em segurança pública, área estratégica e fundamental do Estado.

■ Já a **Proposta de Emenda Constitucional nº 22, de 2005**, trata da criação de uma Guarda Nacional. Os órgãos de segurança pública no Brasil não têm dado respostas satisfatórias à criminalidade crescente, seja por falta de efetivo policial, de agentes especializados,

de equipamentos e recursos modernos, seja, em suma, por falta de investimento público. O fato é que nossas polícias estão sucateadas e cada vez mais envolvidas com o crime. Essa realidade é desalentadora, sobretudo num país com proporções continentais como o Brasil, que, estando na fronteira com países produtores de drogas, vê o seu próprio território ser usado como rota para o tráfico de armas, de pessoas e de drogas para a Europa. Alguns especialistas já chegaram mesmo a especular que o Brasil estaria caminhando para se tornar uma “Colômbia”.

A criação de uma guarda nacional é a resposta mais rápida que o País pode dar, até que se reestruture todo o seu sistema de segurança pública, para impedir a expansão de poderes paralelos ao Poder Público, formados por grupos fora da lei, que vêm continuamente perturbando a paz social, impedindo o exercício de direitos básicos conquistados constitucionalmente, como o de ir e vir, e, conseqüentemente, desafiando as instituições brasileiras e a ordem pública.

A forma de composição da guarda nacional proposta na emenda fortalece a idéia de cooperação entre os entes federativos e reduz a possibilidade do uso excepcional e prematuro das Forças Armadas em conflitos internos.

■ **O Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2005**, tenta suprir a lacuna da regulamentação da atividade de segurança pública privada, até hoje disciplinada por uma única lei, que originalmente objetivou disciplinar a prestação desses serviços para estabelecimentos financeiros. Dada a grande expansão dessas atividades, que hoje constitui um dos setores mais expressivos da prestação de serviços, impõe-se sistematizar o marco legal de sua regulação, visando corrigir as lacunas e imperfeições daquela legislação originária para ajustá-la às necessidades novas surgidas ao longo dessas duas décadas.

Após minucioso levantamento das propostas em tramitação no Congresso Nacional, Tasso Jereissati sistematizou e consolidou os avanços preconizados por tais proposições e ampliou seu alcance tendo em vista as atuais circunstâncias da questão de segurança. Reproduzindo basicamente as disposições da legislação vigente, mas dando-lhe um caráter sistematizador, o projeto apresentou algumas propostas inovadoras como a criação, nos Estados, de Conselhos de Fiscalização e Controle das Empresas de Segurança Privada, integrados por representantes da área pública e privada. Incluiu ademais as novas atividades desse setor, como a de serviços eletrônicos de segurança.

COMBATE À IMPUNIDADE DOS MAUS ADMINISTRADORES PÚBLICOS

Em meio aos primeiros indícios, do que finalmente acabou por se revelar o maior esquema de corrupção política neste país, o Senador Tasso Jereissati tomou a iniciativa, em setembro de 2005, de obstaculizar uma das principais brechas na legislação eleitoral, que proporcionava a impunidade daqueles políticos acusados de malversação de verbas públicas.

Assim, apresentou o Projeto de Lei do Senado nº 323, de 2005, alterando dispositivo da Lei de Inelegibilidade (Lei Complementar nº 64, de 1990). Com efeito, administradores com contas desaprovadas, por malversação ou desvios de recursos públicos no exercício de seus mandatos, bem próximo à data do registro de suas novas candidaturas, protocolam na Justiça Comum uma petição com o objetivo tão-somente de contestar a decisão conde-

natória, visando com essa simples providência obter, com amparo na ressalva daquela norma, a preservação do direito de ter o registro de sua candidatura deferido. E assim se dá.

Eleito para novo mandato, mesmo que a ação para desconstituir a desaprovação das contas seja julgada improcedente, reconhecendo o Poder Judiciário o acerto da decisão do órgão de Fiscalização e da Câmara ou Assembleia Legislativa, o administrador que praticou irregularidades gravíssimas no exercício do mandato anterior, será mantido no cargo.

A nova redação proposta por Tasso objetiva acrescentar ao dispositivo da Lei de Inelegibilidade a exigência de que a petição apresentada, para que venha a dar ao candidato o direito a ter o seu registro deferido, terá de receber uma apreciação preliminar pela Justi-

ça, através de pedido de liminar ou de tutela antecipada, recebendo da autoridade judiciária uma decisão de deferimento, o que leva a pressupor que o seu pleito, por apresentar indícios de bom direito, possa vir a ser acolhido quanto ao seu mérito. Só nessa hipótese, poderia o candidato obter o deferimento do registro de sua candidatura, comprovando o deferimento da liminar ou tutela antecipada pertinente. Indeferida a liminar, também será indeferido o seu pedido de registro, na Justiça Eleitoral, por inelegibilidade, obtendo-se, assim, importante avanço no sentido de não só excluir da disputa eleitoral pessoas comprovadamente envolvidas em graves irregularidades administrativas, bem como acabar com a sensação de impunidade que afronta o eleitor.

ECONOMIA

■ O **Projeto de Lei do Senado nº 455, apresentado pelo Senador Tasso Jereissati**, em seu trâmite pelo Senado Federal, foi redistribuído para a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e encontra-se sob a relatoria do Senador Rodolpho Tourinho. O projeto estabelece diretrizes para aplicação de recursos administrados pela Caixa Econômica Federal, no contexto da política nacional de desenvolvimento regional. Em se tratando da maior agência de desenvolvimento social da América Latina e da administradora da maior parte dos fundos e programas de caráter social do Governo Federal, a Caixa desempenha importantíssimo papel no combate às desigualdades regionais.

Sua principal fonte de financiamento é o FGTS, que além de socorrer o trabalhador

desempregado, ainda financia projetos sociais especialmente voltados para a habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana. Ocorre que os percentuais e critérios de distribuição destes recursos, entre as principais regiões do país, não têm sido obedecidos, sob a pálida argumentação de que não há demanda de empréstimos e projetos nas regiões menos desenvolvidas, o que é um completo absurdo.

Assim sendo, o projeto de Tasso prevê a aplicação de no mínimo 45% dos recursos geridos pela CEF, em projetos e financiamentos a serem realizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Além disso, obriga a aplicação de taxas de juros diferenciadas para tomadores de recursos naquelas regiões, assim como estabelece que os recursos eventualmente

não tomados permaneçam à disposição de tais regiões, impedindo a sua destinação a outras regiões.

■ Com a apresentação da **Proposta de Emenda Constitucional nº 71, de 2005**, o Senador Tasso Jereissati procurou estabelecer critérios mais justos para a distribuição de recursos entre as regiões brasileiras. Esta preocupação vem na esteira de sua participação na elaboração e criação da nova Sudene e da nova Sudam, quando tratou de garantir recursos às instituições, seja nas leis que as criaram, seja por meio da destinação obrigatória de recursos da União para as regiões, como forma de compensar a histórica defasagem de investimentos no Norte e Nordeste do País. Assim, apresentou a PEC nº 71, de 2005, em que pro-

pôs que os critérios para a regionalização dos gastos federais passem a incluir, além da população, como atualmente prevê o art. 165, § 7º da Constituição, a renda *per capita*, a educação, a expectativa de vida ao nascer e a mortalidade infantil. Propôs, também, que lei complementar estabeleça, a partir desses critérios, a fórmula exata para o cálculo da regionalização das despesas federais. Somente assim chegaremos a uma distribuição regional mais justa do gasto público, induzindo a União a gastar mais onde os seus programas e projetos são mais necessários. Tal alteração implica alteração do art. 135 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que agora prevê que esta distribuição de recursos deverá se dar de forma progressiva, até que a renda *per capita*

de cada uma das regiões corresponda a, no mínimo, 80% da renda *per capita* do País.

Como o mesmo artigo do ADCT prevê exceções a esta regra de distribuição, a proposta de Tasso retira da lista de exceções os projetos prioritários do plano plurianual, conceito que, a rigor, jamais existiu, e que só serviria para nublar a interpretação e aplicação das regras propostas.

Tasso acrescentou às exceções, as transferências constitucionais para Estados, Municípios e o Distrito Federal, que, a rigor, são transferências de receita, e não gastos efetivos em projetos e programas federais nas regiões. É importante manter essa distinção para que as discussões de cada uma dessas políticas ocorram em separado.

Sugere ainda que a lei complementar possa estabelecer outras exceções à incidência da regra, cuja conveniência será avaliada durante sua tramitação no Congresso Nacional.

Para dar eficácia à alteração, propôs-se que a distribuição regional do gasto federal seja documentada de forma transparente, permitindo seu acompanhamento durante a tramitação da proposta orçamentária, que não poderá ser aprovada sem a comprovação do cumprimento das regras estabelecidas. Da mesma forma, está previsto que a lei complementar crie os mecanismos para assegurar o cumprimento das regras de regionalização do gasto, para evitar que a execução do orçamento (que, atualmente, tem caráter de autorização ao Poder Executivo) deixe de observá-las.

A NOVA SUDENE



Senadores Arthur Virgílio e Tasso Jereissati durante reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O Projeto da recriação da Sudene foi uma das prioridades da ação parlamentar do Senador Tasso Jereissati em 2005. Após longos e exaustivos debates, em reunião de 10 de novembro da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo o texto do projeto original enviado pelo Governo Lula à Câmara dos Deputados, ainda em 2003, foi substancialmente alterado, na forma do relatório do Senador Antonio Carlos Magalhães, que contou com a colaboração ativa do Senador Tasso Jereissati. Posteriormente, coube ainda ao Senador Tasso relatar o projeto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que, aprovado em dezembro, foi encaminhado de volta à apreciação da Câmara dos Deputados.

A necessidade de recriação da Sudene foi bastante criticada por alguns, que não vêem a necessidade de recriar essa instituição no contexto atual. Entendem que o crescente envolvimento dos estados e municípios na execução direta dos programas de desenvolvimento de cunho regional prescinde da existência de uma autarquia federal para essa tarefa. Por outro lado, a iniciativa é aclamada por outros, que consideram fundamental uma instituição com capacidade de decidir e outorgar subsídios

para projetos de investimentos privados. Todavia, tanto os que criticam, quanto os que aplaudem, imaginam que se está discutindo uma instituição – com pequenas mudanças – à imagem do passado. Nesse sentido, o novo projeto encaminhado, a ser votado na Câmara, não tem relação com nenhuma daquelas perspectivas.

Primeiro, porque o objetivo maior perseguido não é criar uma instituição voltada simplesmente para análise de projetos de investimentos individuais, concessão de subsídios e acompanhamento de implementação de projetos, nos moldes do que se tornou a Sudene antiga. Aquele modelo fracassou não somente pelo clientelismo, mas, principalmente, pela falta de um planejamento de mais longo prazo, de orientação geral dos investimentos, gerando ações simultâneas e descoordenadas.

Assim, a nova Sudene será um órgão mais voltado para o planejamento e avaliação das políticas públicas no Nordeste, deixando a parte operacional de análise individual de projetos, quanto à viabilidade econômica e financeira, para o Banco do Nordeste. O Conselho Deliberativo da Sudene definirá as diretrizes de aplicação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o do Fundo de Desenvol-

vimento do Nordeste (FDNE), determinando setores (e não empresas) que devam ser apoiados com recursos, seja por meio de empréstimos, seja de capital de risco.

No caso do FDNE, o Conselho Deliberativo da Sudene deverá exercer poder de veto, dando prioridade a projetos que, além de rentáveis do ponto de vista financeiro, estejam de acordo com aquelas diretrizes gerais, atendendo a um planejamento para a região como um todo.

Segundo, ao contrário do caráter mais operacional que tinha a Sudene antiga, os senadores reconhecem que hoje, diferentemente dos anos 60, várias políticas federais com impacto regional são institucionalizadas, como é o caso dos recursos para as áreas de saúde e educação. No entanto, falta um plano articulado com a definição clara de metas econômicas e sociais à luz das quais os vários programas do Governo Federal para o Nordeste possam ser adequadamente avaliados.

Foi baseado nessa concepção que surgiu a idéia de dar à Sudene a atribuição de elaborar, com a participação dos estados e dos ministérios setoriais, o Plano de Desenvolvimento Regional do Nordeste. Nos moldes do que faz o Plano Plurianual (PPA), ali as várias políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do Nordeste tomarão a forma de um plano estru-

turado, com a definição de metas econômicas e sociais.

Tais metas pautarão os relatórios anuais e quadriennais de avaliação a serem elaborados pela Sudene, que serão enviados para todos os governadores da área de atuação da Sudene e para o Congresso Nacional (Comissão Mista de Orçamento e Comissão de Desenvolvimento Regional e de Turismo). Esse formato possibilitará um maior acompanhamento pelo Legislativo das políticas voltadas para a redução das desigualdades regionais. Assim, a nova Sudene passará a ter um caráter muito mais voltado para o planejamento e avaliação de políticas públicas, diferentemente do que ocorria no passado.

Terceiro, não têm razão os que criticam o fato de a Sudene estar sendo criada sem o necessário suporte de recursos. Essa crítica baseia-se no fato de a principal fonte da instituição, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), ter sido repartida entre os estados por ocasião das negociações da reforma tributária. No entanto, no Senado Federal, os senadores fizeram uma importante mudança em relação ao Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) que, se não compensa totalmente, pelo menos recupera parcela substancial dos recursos destinados à nova Sudene.

O FDNE é um fundo orçamentário que tem tido a quase totalidade dos seus recursos ou contingenciados ou não emprestados pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE). Isso se deve ao fato de as condições de empréstimo desse fundo (taxa de juros, garantias etc.) serem piores do que aquelas do FNE. Na proposta da Sudene, os senadores tornaram as condições de empréstimo do FDNE muito mais vantajosas do que o FNE, não passíveis de contingenciamento, e esses recursos limitados ao financiamento ou participação em projetos estruturantes. Na prática, as mudanças introduzidas no Senado Federal significam algo em torno de R\$ 1 bilhão de dinheiro novo que, se não forem executados em um exercício fiscal, ficarão automaticamente transferidos para o exercício fiscal subsequente.

Em resumo, o projeto reformulado pelo Senado, com base no substitutivo do Senador Antonio Carlos Magalhães, aprovado pela CDR e o Relatório do Senador Tasso Jereissati, aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), busca criar uma instituição de excelência, para pensar de forma estratégica o Nordeste e avaliar os efeitos das políticas federais nesta região. Essa é a proposta da nova Sudene, que pretende ser um avançado instrumento de combate às desigualdades regionais, motivação original do saudoso Celso Furtado.

AVANÇO NA APROVAÇÃO DO FUNDEB

O Senador Tasso Jereissati participou de forma efetiva nas discussões sobre a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). O Fundeb, de autoria da Deputada Raquel Teixeira do PSDB e posteriormente incorporado à proposta encaminhada pelo Governo Federal, deverá substituir o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), implementado durante o primeiro governo do Presidente Fernando Henrique. O Fundef constitui-se em um divisor de águas para a educação das crianças de 7 a 15 anos, ao universalizar o seu acesso ao ensino fundamental e ao valorizar os professores na sua formação e remuneração.

A educação sempre foi um tema caro ao Senador Tasso, desde a sua primeira gestão como governador do Ceará. Ele foi o segundo governador, ficando atrás apenas do governador de Santa Catarina, a instituir um programa

integral voltado às crianças de 0 a 5 anos, intitulado “Agenda 0-5”.

Para dar sustentação técnica aos debates sobre o ensino básico no Brasil e antes de apresentar qualquer emenda visando o aperfeiçoamento do Projeto do Fundeb, o Senador Tasso propôs a realização de audiências públicas com especialistas renomados em educação. Essa opção foi ainda decisiva para impedir que o Governo aprovasse de forma intempestiva e irresponsável um projeto que contém as bases para a melhoria da educação no Brasil.

A partir dos debates travados na Comissão de Constituição e Justiça ficou evidente que a preocupação de Tasso Jereissati e do PSDB com a educação infantil estava correta. Vários são os estudos científicos que mostram a importância da educação nos primeiros anos de vida. O projeto apresentado pelo Governo Federal não fazia qualquer menção ao atendimento de crianças de 0 a 3 anos, emenda apresentada pelo Deputado Federal Antenor Napolini, incluiu essa possibilidade.

A Proposta de Emenda Constitucional nº 9/05, que cria o Fundeb, aprovada na Câmara dos Deputados e encaminhada ao Senado Federal, contou com onze emendas de autoria do Senador Tasso. Dessas emendas, três foram incorporadas ao relatório final, elaborado no Senado Federal pelo Senador José Jorge (PFL-PE).

Em síntese, as emendas do Senador Tasso tinham as seguintes preocupações: *a)* definir a educação infantil e sugerir que as crianças de 0-3 sejam atendidas por um conjunto de ações articuladas, envolvendo educação, saúde e assistência e que as crianças de 4-5 sejam atendidas pela rede regular de ensino; *b)* acrescentar de forma explícita na Constituição Federal como dever da União a redução das desigualdades regionais educacionais; *c)* garantir que recursos do PIS/PASEP sejam utilizados na educação infantil dos filhos e dependentes dos trabalhadores; *d)* permitir que os recursos do Fundo a serem distribuídos aos estados e municípios levem em conta não apenas o número de alunos, mas também o desempenho das

escolas e, e) instituir que os recursos do Fundeb sejam geridos por três fundos, conforme a competência constitucional para a educação, ou seja, aos municípios caberiam os recursos para o ensino fundamental e infantil; aos estados seriam garantidos os recursos necessários ao atendimento do ensino fundamental e médio; e à União caberia complementar os recursos para que esses entes da Federação contem com o valor mínimo por aluno definido em lei específica.

Desse conjunto de emendas a que suscitou maior polêmica foi aquela relativa ao financiamento do ensino infantil dos filhos dos trabalhadores com recursos provenientes do

PIS/PASEP. Os senadores do PT, como porta-vozes do Governo Federal, se posicionaram contra essa proposta, mas o debate travado foi favorável à Emenda do Senador Tasso, que foi incorporada ao relatório final do Senador José Jorge.

A proposta referente à instituição dos três fundos não foi aprovada da forma como defendida pelo Senador Tasso, mas para que o Fundeb funcione de fato terá que ser regulamentado na forma de três fundos.

Apesar de ter contribuído de forma fundamental para a melhoria da PEC do Fundeb e de reconhecer a necessidade de se instituir um mecanismo de financiamento para todo

o ciclo básico de ensino, o Senador Tasso afirma que “a PEC em discussão ainda está longe da perfeição e que é lamentável que o Governo Federal tenha demorado tanto tempo para apresentar ao Congresso Nacional uma proposta que torna concreto um discurso de campanha, e mais lamentável ainda, é que ao invés de brigar para que a PEC seja aprovada no Senado, faz propaganda enganosa na televisão, afirmando que o Fundeb já está aprovado e com recursos da ordem de R\$ 4,4 bilhões. Esta propaganda é falsa, até porque, mesmo que o Fundeb já estivesse em vigor, esse valor só seria atingido após o quarto ano de vigência do Fundo”.

RECURSOS PARA O CEARÁ

EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS BENEFICIAM MUNICÍPIOS

O Senador Tasso Jereissati, na esteira de suas preocupações em dotar a região Nordeste de um órgão responsável pela promoção do desenvolvimento regional, expressa em seu empenho na recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, direcionou as suas emendas individuais ao Orçamento da União de 2005 para atender obras de infra-estrutura básica (saneamento, abastecimento d'água, urbanização e outras) consideradas fundamentais para o desenvolvimento de municípios cearenses. No total, as emendas do Senador Tasso para esses municípios somaram R\$ 3,5 milhões de reais.

3 | DISCURSOS E PRONUNCIAMENTOS

O ESQUEMA DO MENSALÃO E DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO

Em 2005 a atividade parlamentar esteve envolvida pelas denúncias de corrupção contra o Partido dos Trabalhadores e o Governo Federal. Por diversas vezes o Senador Tasso Jereissati teve de fazer uso da tribuna para denunciar o que era cabível, defender a quem devia ou responder a acusações infundadas contra a Oposição, em especial de que estaria planejando um golpe contra o Governo. Nada mais falso, a ação da oposição, ao contrário, sempre se pautou pela responsabilidade, porém, com firmeza. Muito diferente de como o Partido dos Trabalhadores se portava, quando estava na oposição ao Governo da aliança PSDB/PFL.

Já em 23 de junho, o Senador Tasso Jereissati teve de ir à tribuna para responder a pronunciamento do Senador Aloizio Mercadante, quando esclareceu três acusações feitas a ele.

...*“primeiro, sobre corrupção sistematizada,*

não fui eu que falei; está aí a imprensa, e não eu. Basta abrir os jornais e ligar as televisões.”

Segundo, sobre “chavismo”, é só observar o espetáculo de ontem, na Câmara dos Deputados, com as galerias cheias, com bandeiras, jogando objetos no plenário da Câmara; mobilização na Esplanada, ao mesmo tempo em que o próprio Presidente Lula se encontrava na sala de reuniões do Planalto.

Terceiro, vamos parar com essa história de golpe e vamos esclarecer. Está ficando muito feio para a história desse partido, para a história do Presidente e para o próprio País. Vamos parar com essa história de golpe e vamos esclarecer essas coisas todas! É tão simples! Não é preciso passar 50 minutos falando em golpe ou teoria de golpe. Esclareça a corrupção. Vamos todos juntos. Ninguém quer que o Lula caia. O Lula fica. Mas vamos todos juntos, de mãos dadas, esclarecer para o País e pela honra desta Casa também.”

Em 3 de agosto, o Senador Tasso Jereissati fez discurso no qual apresentou um alerta ao

País e ao Governo sobre a postura que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva estava assumindo frente à crise e às acusações a seu Governo.

“... gostaria de falar, principalmente hoje, sobre a seqüência de discursos que têm sido proferidos pelo Presidente Lula. Hoje, mais uma vez, Sua Excelência usou da palavra em Pernambuco, no Município de Garanhuns, se não me engano. Nós, da Oposição, temos feito o possível e o impossível para preservar a figura do Presidente da República, preservar a figura de um homem cuja história política merece o respeito de todos os brasileiros, mas o Presidente, em seus pronunciamentos, tem passado dos limites que podemos aturar.

Parece que o Presidente da República ainda não percebeu os acontecimentos, ainda não entendeu a gravidade dos fatos envolvendo o seu Governo, que têm levado a um estado de perplexidade e estupefação nacional e internacional.

O Presidente Lula é um homem em quem a grande maioria da população brasileira, e até mesmo a comunidade internacional, depositou

confiança e a esperança de que promoveria uma mudança radical de atitudes e de hábitos políticos, que traria à Nação brasileira um novo momento de convivência entre políticos, população, Executivo e parlamentares. Em vez do anunciado espetáculo do crescimento, o que vemos é o espetáculo da corrupção.

E, apesar do respeito que todos nós, brasileiros, inclusive da Oposição, temos pelo Presidente, não se pode dissociar tudo o que está acontecendo da figura de Sua Excelência.

Um homem que pretenda exercer um cargo do Executivo em qualquer parte do mundo, um homem que pretenda exercer um cargo de chefia e de liderança no Brasil, seja de Prefeito, seja de Governador, mas especialmente de Presidente da República, não pode abrir mão das suas responsabilidades e da sua liderança. No momento em que o Presidente da República abre mão da sua liderança e das suas responsabilidades e sistematicamente vem a público para se revelar absolutamente inconformado e alienado com os fatos atuais, não tem condições

de ser o grande líder da população e da sociedade brasileira.

Ninguém pode, Senador Heráclito Fortes, ser Presidente da República, Governador do Estado do Piauí, Prefeito de Teresina, sem ser o responsável por tudo o que acontece na sua administração. Isso não é possível. Não seria um líder, não seria um estadista, não seria um chefe, não seria um comandante.

Imagine se um general, durante uma guerra, perde uma batalha e diz que não tem nada a ver com isso e que a responsabilidade é apenas dos soldados e da imprensa, que noticiou a batalha perdida! É isto que está ocorrendo e que não podemos mais aceitar que o Presidente da República venha sistematicamente falar ao povo brasileiro como se nada tivesse a ver com o seu Governo, como se nada tivesse a ver com os seus Ministros, como se nada tivesse a ver com o seu Partido, criado e fundado por Sua Excelência, como se nada tivesse a ver com os atuais acontecimentos neste País.

Ora, este homem não é um presidente da República, este homem não é o líder da Nação

brasileira, este homem não é o chefe da sociedade brasileira e por ela não pode falar.

Senador Antonio Carlos Magalhães, infelizmente não tenho a habilidade de tribuno que tem, por exemplo, o Senador Arthur Virgílio, e por isso seria pretensioso da minha parte, mas, como é muito propícia a ocasião, vou repetir a palavra de um grande orador romano, que dizia: “Até quando, Catilina, abusarás da nossa paciência?” Até quando, Presidente Lula, abusarás da paciência da Oposição e da população brasileira, em fingir que acreditamos que Vossa Excelência não sabe, não conhece completamente nada do que está acontecendo no Brasil, e tudo isso que está aí, todo esse conjunto de fatos que se provam e se comprovam a cada dia é apenas uma ilusão criada por uma Oposição ressentida ou pela imprensa brasileira mal-intencionada que, em conjunto, formam o grande complô das elites para afastar e deixar o Presidente da República em má situação? Não é possível!

Nós, da Oposição, não queremos e, com certeza, ninguém da política e da sociedade brasilei-

ra quer impedir, fazer qualquer gesto ou tomar qualquer iniciativa que seja de violência e que não seja totalmente democrática, mas exigimos que o Presidente da República assuma as suas responsabilidades como Presidente que é. Fazemos questão de exigir, sob pena de o Presidente da República não representar mais o povo brasileiro, que assuma todos os atos que o seu Governo cometeu, que o seu Partido cometeu, porque isso é papel do chefe, é papel do líder, é papel do homem que prometeu ao povo brasileiro que iria mudar o Brasil.

Ora, se foi eleito pelo povo brasileiro para mudar o Brasil e para representar, principalmente, a população brasileira mais carente e não tem condições sequer de responder pelos atos dos seus ministros, dos seus aliados e dos seus colaboradores mais próximos, por quem irá falar, por quem tem condições de responder?

E tentar, como está sendo feito hoje, jogar a culpa por todos os males, por toda a roubalheira, pela corrupção existente em todos os setores – sistêmica e sistemática – da vida pública nacional na imprensa, na Oposição, no Parlamento e até no povo brasileiro, porque não levanta o traseiro da cadeira para fazer alguma coisa, é simplesmente um ato de covardia e de irresponsabi-

lidade de um homem público, que não pode ser covarde nem muito menos irresponsável.”

Posteriormente, em 10 de agosto, o Senador Tasso Jereissati teve de dirigir-se novamente à tribuna para denunciar o comportamento do Partido dos Trabalhadores, que pedia à oposição serenidade de ânimos, ao tempo em que se avolumavam as denúncias dos desmandos do partido do Governo.

... “assistimos hoje a um espetáculo verdadeiramente desavergonhado feito pelo Vice-Presidente da CPI do Mensalão. O homem que tem a responsabilidade de ser o condutor das discussões que levem à verdade dos fatos e mostrem a este País que ainda existem nestas duas Casas, Câmara e Senado, homens sérios e capazes de revelar a realidade ao País, esse homem se reúne com um dos mais notórios meliantes – talvez o mais notório – dessa contenda toda, às escuras, à noite, na garagem do Senado Federal. Pega provas apócrifas, listas já desmoralizadas várias vezes, de dentro de um veículo escondido na garagem, como costuma fazer gangster de filme americano, e traz à Comissão.

Vejam bem: o Vice-Presidente da Comissão, Deputado do PT, para desviar todo o foco da dis-

cussão que se planejava e se planeja – o País todo a pede – para conhecer a verdade, para deslindar esse imenso lamaçal de corrupção que vem do Governo Federal, que tem origem e operação no Governo Federal e em mais lugar nenhum, joga isso de uma maneira completamente despuddorada, com o fim de enlamear pessoas inocentes que nada têm a ver com esse enorme lamaçal que está por aí.

É lamentável, profundamente lamentável! E mais lamentável ainda é vermos neste momento o Líder do Governo vir a esta tribuna pedindo o contrário, fazendo o papel que tem feito a maioria dos petistas e o próprio Presidente da República. Diz que não tem nada a ver com isso, que não tem nada a ver com o que o Líder do PT fez hoje de manhã, que não tem nada a ver com o que fez o Sr. Delúbio – esse que já é acusado de ser incompetente e de malversar os recursos do PT.”

A crise política provocada pelo sistema de corrupção implantado pelo Governo, foi objeto de longo pronunciamento proferido pelo Senador José Sarney em 16 de agosto, quando o Senador Tasso Jereissati teve de manifestar-se para pontuar sua discordância quanto a alguns pontos que estavam sendo ali colocados.

...“as instituições políticas e o processo eleitoral precisam de uma reforma profunda sim, quanto a isso não há dúvida, e todos concordamos. Contudo, não serão as reformas que vão coibir ou eliminar de vez os malfeitos, as distorções, a corrupção e a má-fé no processo político. O sistema que está aí é imperfeito, mas ele se tornou muito mais imperfeito quando assumiu o poder um grupo de pessoas... E volto a dizer que, nesse grupo de pessoas, por enquanto, ainda não coloco, no nível de má-fé, o próprio Presidente da República, mas já o coloco no nível daquele que teve conhecimento, sim, desses malfeitos.

Quando essas pessoas de má-fé assumiram o poder, assumiram o controle e a direção deste País, difundiram, em nível jamais visto em nossa história – seja no Império, ao qual o Presidente Sarney se referiu aqui, seja na República Velha, à qual ele também se referiu, seja no período anterior ou posterior à década de 30 –, um sistema de corrupção sistemático e o espalharam por todo o País. Ele foi socializado – alguém usou aqui essa expressão muito bem, Senador Motta.

Com certeza, essas mesmas instituições, que já foram até mais imperfeitas no passado, com gente de boa-fé, não gerou tanta corrupção. E agora, melhoradas, mas com gente de má-fé,

alcançaram o nível de corrupção que se tornou conhecido por todos. Quero ressaltar que, quando me refiro a gente de má-fé, não me refiro ao PT como um todo; o PT tem gente ilustríssima, que orgulharia qualquer agremiação política de qualquer parte do mundo e que orgulha esta Casa, orgulha o Congresso e orgulha o Governo. O mesmo digo em relação ao Governo. Esse sistema de corrupção foi implantado a partir do núcleo mais alto do PT, a partir de seus dirigentes mais elevados, pessoas que dirigiam o partido; esse sistema foi incrustado no Governo Federal em seu núcleo mais alto, não necessariamente na Presidência da República, mas, com certeza, como já está comprovado, na própria Casa Civil. Estabeleceu-se uma relação promíscua entre Governo, partido, empresa privada, interesses públicos, interesses privados e até interesses individuais.”

Com as denúncias se avolumando, o Partido dos Trabalhadores passou a acusar a imprensa de antidemocrática, em especial a revista *Veja*, ao tempo que esta cumpria o seu papel de denunciar irregularidades ou prováveis irregularidades no Governo. Este comportamento do Partido, dos seus Senadores e de suas Lideranças foi criticado pelo Senador Tasso Jereissati.

... “quem acompanha os últimos anos da política brasileira viu, tantas e tantas vezes, esses mesmos parlamentares desse mesmo Partido virem a tribuna do Senado, da Câmara dos Deputados ou mesmo das assembleias legislativas, com a revista *Veja* em punho, diante do mais leve indício de denúncia, acenando com ela e mostrando-a como prova mais cabal de corrupção, de irregularidade, de erro, de desvio seja de Governo, seja de deputado, seja de senador, seja de quem quer que fosse que se lhes opusesse. Usavam a revista *Veja* como prova nesta tribuna...

....

Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a, durante tantos anos, foi líder do Governo FHC, e eu não me lembro de o Presidente Fernando Henrique ou de V. Ex^a ou de algum senador, em razão de alguns daqueles ataques duríssimos feitos nas capas da *Veja* ao Presidente, em nenhum momento, ter vindo à tribuna desta Casa dizer que a revista não tinha legitimidade ou que era nazista ou que pertencia a um bloco de direita que pretendia acabar com a democracia ao fazer aquele tipo de acusação contra o Presidente. Existia, Senador Arthur Virgílio? Eu não me lembro de ter sido utilizado esse expediente, essa dureza verbal ou essa indignação contra a revista.”

TASSO HOMENAGEIA O JORNAL O GLOBO PELA COMEMORAÇÃO DE SEUS OITENTA ANOS

Em nome do PSDB o Senador Tasso Jereissati, em sessão comemorativa de 9 de agosto, na presença em plenário do Dr. José Roberto Marinho e do General Edison Vidigal, Presidente do Superior Tribunal Militar, fez a seguinte saudação:

“Quero saudar todos aqueles que fazem as Organizações Globo, aqui presentes. Estou vendo o jornalista Jorge Moreno, já parte dos móveis e utensílios do jornal O Globo, patrimônio do jornal, e dizer, em rápidas palavras, que as Organizações Globo, que tiveram no jornal O Globo o seu marco inicial, já se tornaram, sem dúvida alguma, uma referência da imprensa no Brasil, da liberdade de imprensa no Brasil e, indubitavelmente, da própria história do Brasil dos últimos anos.

O jornalista Roberto Marinho, a meu ver, eu que também tive o privilégio de conviver com o Dr. Roberto, colocou, bem no início do jornal O Globo, quando seu pai havia acabado de falecer, as duas pedras fundamentais de uma organização que viria a passar pelos tempos. Quando foi instado por sua mãe a assumir a direção do re-

cém-fundado jornal O Globo, logo após a morte de seu pai, ele se negou a fazê-lo. A meu ver, estabeleceu ali dois pilares, que se tornariam a marca do jornal O Globo: um, profissionalismo, ao dizer: eu não tenho competência nem preparo para assumir essa obra que acabou de ser implantada pelo meu pai. O segundo princípio foi o que o levou a deixar a vaidade natural de um jovem de assumir a presidência, o mando, a liderança de um jornal e colocar os princípios da independência, do profissionalismo, os princípios que foram a ele transferidos pelo seu pai, acima da sua vaidade e do seu desejo de ser presidente do jornal O Globo àquela época.

E esses dois fundamentos seguiram o jornal O Globo e fizeram com que ele não ficasse apenas para sempre, mas que ultrapassasse uma série de momentos diferentes da nossa história: ditaduras, democracias, redemocratização, novas ditaduras, governos de direita populistas, governos de esquerda, passasse por isso tudo, sempre com a mesma firmeza, sempre com a mesma presença e sempre com a mesma personalidade. Mas fez também com que o jornal O Globo se tornasse a semente de uma organização que se tornaria o que é hoje, uma das maiores organizações de comunicação do mundo, uma das mais

importantes da América Latina e, talvez, a maior da história do Brasil.

Dessa maneira, estamos aqui, hoje, ao comemorar, os 80 anos do jornal O Globo, não apenas rendendo uma homenagem a um jornal ou ao nosso sempre admirado e saudoso Dr. Roberto Marinho, mas fazendo uma homenagem àquilo que já é uma instituição nossa, uma instituição dos brasileiros, uma instituição que é referência de liberdade, de profissionalismo, de informação, de transparência, de democracia e de honestidade.

Dentro desse quadro, hoje homenageamos o jornal O Globo. E sabemos que é apenas um ano a mais, porque as instituições que nascem sob essa marca, do profissionalismo e dos princípios de caráter, são organizações que ficam, independentemente de seus dirigentes. E parabeno os sucessores do Dr. Roberto, porque estão conseguindo dar as mesmas marcas que ele impôs ou implantou no nascimento do jornal O Globo. O profissionalismo e os princípios que foram a marca inicial continuam sendo a grande marca do jornal O Globo e das Organizações Globo.

É essa a palavra que levamos, em nome do PSDB, às Organizações Globo.

Muito obrigado.”

SAUDAÇÕES AO SENADOR JUVÊNIO DA FONSECA PELA FILIAÇÃO AO PSDB

Em 18 de outubro, o Senador Tasso Jereissati, em nome do PSDB, pronunciou-se em saudação à filiação ao PSDB do Senador Juvêncio da Fonseca.

“Em nome do PSDB, quero dizer da honra e da alegria que temos em receber em nossas fileiras o Senador Juvêncio da Fonseca. Nós, que primamos sempre em termos em nossos quadros homens e mulheres que tenham no espírito público, na seriedade, na ética e na competência as características principais, ao vermos ingressar no nosso Partido o Senador Juvêncio da Fonseca sentimos a alegria de ver o nosso Partido enriquecer.

Acompanhávamos de longe, primeiramente, antes de ingressar no Senado, o trabalho do Senador Juvêncio, e agora, de perto. Poucos homens têm conhecimento tão profundo do seu Estado, dos problemas do seu Estado, um amor e uma dedicação tão grandes ao seu Estado como o Senador Juvêncio, que, na sua conduta, demonstra um impecável espírito público, pautando sempre as suas ações tendo a questão pública como sua prioridade principal.

Portanto, em nome, com certeza, de todo o PSDB, queremos dizer da nossa alegria – a Senadora Lúcia Vânia me acena para que eu fale em nome dela e daqueles que não estão presentes neste momento – e, mais do que da alegria, da honra de ter o Senador Juvêncio como companheiro.

Muito obrigado.”

TASSO DENUNCIA QUE O GOVERNO LULA JOGA FORA O MOMENTO DE MAIOR PROSPERIDADE DA ECONOMIA MUNDIAL

Pela Liderança do PSDB, em 30 de novembro o Senador Tasso Jereissati contextualizou os dados econômicos anunciados naquele dia, em que se constatou queda no crescimento do PIB trimestral de 1,2%.

O Senador citou que entre outras causas *“do baixo desempenho econômico do país deve-se destacar a ação de um governo extremamente heterogêneo, que não se entende internamente, que não transmite à economia como um todo, ao agente econômico, seja nacional ou estrangeiro,*

a confiança necessária para que haja o investimento. E este, como V. Ex^a sabe, é um elemento essencial para o crescimento econômico”.

Mas em sua opinião este índice demonstrava algo muito mais grave, quando se analisava o excepcional desempenho da economia mundial, o que, infelizmente, levava à conclusão de que o Brasil vivia o momento de maior desperdício de uma época.

“Os últimos quatro anos, Senador José Agripino, foram os de maior prosperidade da economia mundial, mas nós os estamos jogando fora, sem recuperação. Não existe mais, com a notícia de hoje, a possibilidade de recuperação desse período. Estamos, definitivamente, jogando fora esse quadriênio e a possibilidade de recuperar essa época de prosperidade mundial. Definitivamente, nesses últimos quatro anos, nós nos distanciamos do resto do mundo, pois os países ricos cresceram mais do que nós.

Hoje, recebemos a notícia de que, enquanto o nosso PIB decresceu 1,2% no trimestre, o PIB dos Estados Unidos da América cresceu 4,17%. Ou seja, a diferença entre nós e os Estados Unidos, que já era gigantesca, aumentou mais de cinco pontos. Portanto, a diferença entre nós e os países ricos cresceu ainda mais. A diferença entre nós

e os países emergentes, como a China e a Índia, cresceu ainda mais. Nós nos distanciamos de países que eram como o nosso. E a diferença entre nós e os países da América Latina cresceu ainda mais, fazendo com que o País ficasse mais pobre do que outros países da América Latina.”

PESAR PELO FALECIMENTO DO MONSENHOR MURILO DE SÁ BARRETO, POR 40 ANOS VIGÁRIO DE JUAZEIRO DO NORTE, CEARÁ, EM 6 DE DEZEMBRO DE 2005.

“Sr. Presidente, quero aqui registrar, com pesar, o falecimento do Monsenhor Murilo de Sá Barreto, ocorrido no domingo, no Ceará, e cujo sepultamento será hoje.

Monsenhor Murilo de Sá Barreto, durante 40 anos, foi o grande vigário de Juazeiro do Norte, terra do Padre Cícero. Foi o guardião da me-

mória, da vida e da obra de Padre Cícero, além de ser o responsável pela romaria que anualmente acontece na região, composta por romeiros oriundos do interior do Nordeste, que até hoje homenageiam, com saudade, a vida e a obra de Padre Cícero. O próprio Monsenhor Murilo tornou-se fonte de admiração e respeito de todos os romeiros que, todos os anos, vão a Juazeiro do Norte.

No domingo último, após uma intervenção cirúrgica inesperada – algo que parecia simples –, o vigário veio a falecer, o que causou enorme consternação não só na cidade de Juazeiro, mas em toda a região do Cariri e em todo o Nordeste.

Quero, nesta oportunidade, deixar registrado o meu pesar pelo passamento do nosso querido Monsenhor Murilo de Sá Barreto, juntamente com a homenagem já prestada pela Senadora Heloísa Helena anteriormente.

Muito obrigado.”

4 | ATUAÇÃO EM COMISSÕES



Ministro do Turismo, Mares Guia, Vice-Presidente José Alencar e os Senadores Tasso Jereissati e Heráclito Fortes durante reunião das Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Infra-Estrutura

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR realizou a primeira reunião em 22 de fevereiro, quando o Senador Tasso Jereissati foi eleito para a sua presidência, no biênio 2005/2006. Por proposta do senador, ficou estabelecido que os trabalhos da Comissão seriam voltados, prioritariamente, para o estudo dos projetos de recriação das Superintendências de Desenvolvimento Regional.

O Senador Tasso Jereissati trabalhou ao longo de todo o ano de 2005 em estreita colaboração com o relator do projeto da Sudene, Senador Antonio Carlos Magalhães, para que em 10 de novembro se chegasse à aprovação do projeto da Nova Sudene, que também serviu de base para a elaboração do projeto da Sudam, levado diretamente à aprovação em plenário.

Durante as 19 reuniões e audiências públicas realizadas pela Comissão em 2005, outras importantes matérias também foram tratadas, com destaque para as discussões relativas à crise na aviação civil brasileira e a posterior aprovação do projeto de criação da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, onde a atuação do Senador Tasso foi decisiva para a construção de um consenso entre governo e oposição. O Turismo também foi destaque quando da apresentação das políticas governamentais, realizada pelo Ministro Walfrido dos Mares Guia, e na audiência pública onde se discutiu a política de concessão de vistos para turistas estrangeiros.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

O Senador Tasso Jereissati foi relator de matérias de grande relevância na CCJ, destacando-se: a criação da SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste e da ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil; a reeleição para cargos majoritários, a propaganda eleitoral, o voto em trânsito; os princípios constitucionais da ordem econômica; as penalidades para exploração sexual de crianças e adolescentes; a simplificação do processo para doação de órgãos, entre outros.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Entre as diversas matérias relatadas pelo Senador Tasso Jereissati, destacaram-se proposições como as que tratavam da repartição de *royalties* de gás natural e petróleo entre a União e os estados produtores, a inclusão da Amazônia legal entre as regiões beneficiadas por programas de financiamento ao setor produtivo, o parcelamento de débitos tributários de empresas em recuperação judicial (nova Lei de Falências) e outras.

O inteiro teor dos pareceres do Senador Tasso Jereissati encontra-se disponível no endereço <http://www.senado.gov.br/tassojereissati>

PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO



Senadores Efraim Moraes (PFL-PB), Garibaldi Alves (PMDB-RN) e Tasso Jereissati (PSDB-CE) participam de reunião da CPI dos Bingos

CPI DOS BINGOS

O Senador Tasso Jereissati teve destacada atuação na CPI dos Bingos, destinada a apurar as relações das casas de jogos com o crime organizado. Ao longo das investigações, descobriu-se a vinculação de membros do Executivo com um esquema de arrecadação de verbas para o Partido dos Trabalhadores, por meio de extorção de empresários, licitações dirigidas, desvio de verbas públicas, enfim, um enorme sistema de corrupção que veio a público ao longo de 2005. Dentre os escândalos investigados na CPI dos Bingos estavam os esquemas de corrupção nas prefeituras petistas, que culminaram com o assassinato do Prefeito Celso Daniel, o caso GETECH, as relações do Ministro Palocci com lobistas e o caso da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo, que culminaram com a sua demissão, o “empréstimo” de Paulo Okamoto ao Presidente Lula, etc. A CPI dos Bingos mostrou a face promíscua das relações governamentais e do Partido dos Trabalhadores com o lado mais negro e baixo da sociedade brasileira.

Friday
August
20

1

7:00

7:30

8:00

8:30

9:00

FEVEREIRO

Dia 22 | Eleição do Presidente e Vice da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

MARÇO

Dia 3 | Reunião da CDR destinada à discussão da organização das pautas dos trabalhos da Comissão para o Biênio 2005/2006. O Senador Tasso Jereissati apresentou sugestão para que a Comissão ouça em Audiência Pública o Ministro de Estado da Integração Nacional, Senhor Ciro Gomes, sobre a criação das novas Superintendências de Desenvolvimento Regional, que foi acatada pelos demais membros.

Dia 8 | CDR realiza debate sobre Sudene com a presença do Ministro Ciro Gomes.

Dia 29 | Reunião da CDR com a presença do Ministro Walfrido Mares Guia, para analisar os programas de turismo para o Brasil, em especial para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

ABRIL

Dia 12 | CDR realiza debate sobre Sudene com as presenças de Walfrido Salmito, Paulo Haddad e Nilson Holanda.

Dia 13 | Comissão de Assuntos Econômicos aprova substitutivo do Senador Tasso Jereissati ao projeto de Lei de Falências.

Dia 28 | Senador coordena debate sobre a criação da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, durante reunião da CDR. Presentes o Vice-Presidente José Alencar e o Ministro Walfrido Mares Guia.

MAIO

Dia 5 | Senador Tasso coordena debate sobre política industrial e seus efeitos regionais, durante reunião da CDR. Presente: Ministro Luiz Furlan.

Dia 10 | Palestra no Fórum Nacional do Instituto Nacional de Altos Estudos, no Rio de Janeiro.

Dia 16 | Senador Tasso Jereissati participa do IV Congresso Brasileiro de Regulação, em Manaus. Como palestrante, abordou o tema “Instituição Constitucional das Agências Reguladoras”.

Dia 19 | Senador Tasso coordena debate sobre financiamento do desenvolvimento regional, durante reunião da CDR. Participaram da audiência o Ministro do Planejamento, Guido Mantega, e o Presidente do BNB, Roberto Smith.

JUNHO

Dia 29 | Senador participa de videoconferência sobre projeto da Nova Sudene.

AGOSTO

Dia 10 | Senador Tasso Jereissati participa de debate no IPEA sobre a qualidade da política fiscal de longo prazo, em Brasília

Dia 31 | Senador participa de ato de filiação do Senador Papaléo Paes ao PSDB.

OUTUBRO

Dia 20 | Senador Tasso Jereissati apresenta projeto de lei que torna mais rigorosa a Lei das Inelegibilidades.

NOVEMBRO

Dia 1º | Viagem ao Município de Juazeiro do Norte, juntamente com o Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin.

Dia 9 | CCJ aprova substitutivo do Senador Tasso Jereissati que torna obrigatório o voto em trânsito do eleitor que se encontra fora do País no dia da eleição.

Dia 28 | Senador Tasso participa do 9º Seminário Internacional de Investimentos em Hotéis e Resorts, no Hotel Gran Hyatt São Paulo.

DEZEMBRO

Dia 10 | Senador Tasso participa da solenidade de lançamento do livro “Renovar Idéias” – Promoção do Instituto Teotônio Vilela, em Brasília.

Dia 14 | Senador Tasso participa de sessão que aprova projeto de Nova Sudene, no plenário do Senado.

EXPEDIENTE

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

Endereço: Anexo I – 11º andar – salas 1101/1110
Senado Federal – Brasília/DF – CEP 70165-900
Telefone: (61) 3311-4846 – Fax: (61) 3311-4590
Homepage: <http://www.senado.gov.br/tassojereissati>
E-mail: tasso.jereissati@senado.gov.br

Programação Visual

Secretaria Especial de Comunicação Social
Núcleo de Criação e Marketing

Impressão

Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Senado Federal